



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alfredo Gaspar
União Brasil - AL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – MST
REQUERIMENTO Nº , DE 2023
(DO SR. ALFREDO GASPAR)

Requer seja convidada a Excelentíssima Senhora Rosivan Machado da Silva, Juíza de Direito na Comarca de Neópolis, estado de Sergipe, acerca de possíveis fraudes na demarcação de terras para fins de criação de comunidades quilombolas no estado de Sergipe.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base na Lei 1.579/1952 e art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidada a Excelentíssima Senhora Rosivan Machado da Silva, Juíza de Direito na Comarca de Neópolis, estado de Sergipe, para que informe esta comissão acerca de possíveis fraudes na demarcação de terras para fins de criação de comunidades quilombolas no estado de Sergipe.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento de convite apresentado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito justifica-se devido a denúncias realizadas pela Excelentíssima Senhora Rosivan Machado da Silva, Juíza de Direito na Comarca de Neópolis, estado de Sergipe, ter levantado denúncias acerca de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alfredo Gaspar
União Brasil - AL

possíveis fraudes nos processos de demarcação de terras para fins de criação de comunidades quilombolas no estado de Sergipe, citando o exemplo do fato acontecido no município de Brejo Grande.

Segundo o apontado pela Magistrada, “o povoado Brejão, no Município de Brejo Grande/SE, possui mais de dois mil moradores e foi certificado como sendo Comunidade Quilombola a pedido de cinco pessoas reunidas pelo Padre Isaías Carlos Nascimento Filho (ligado ao Partido dos Trabalhadores e líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na região), contudo sem o conhecimento da população. A Fundação Palmares possui Portaria exigindo decisão da maioria dos moradores da comunidade, registrada em ata com lista de presença (o que não foi observada)”.

Segundo denúncias investigadas pela Magistrada, “de posse da certidão da Fundação Palmares o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA cadastrou 299 famílias para receber cestas básicas e utilizou o cadastro indevidamente, juntando-o ao processo administrativo declarando que estas pessoas eram quilombolas. Descoberto o cadastro, mais de duzentas das pessoas cadastradas afirmaram que nunca se declararam quilombola e aquilo seria uma fraude. O fato foi noticiado na imprensa e comunicado ao INCRA e a outros órgãos através de abaixo assinado realizado pela população local”.

Ainda segundo Rosivan, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, a pedido do Padre e pressionado pelo Ministério Público Federal - MPF e INCRA declarou todo o Município de Brejo Grande como área da União para entregar aos quilombolas, em processo administrativo que não localizou a linha preamar. Uma ação judicial movida por uma proprietária suspendeu os efeitos desta decisão administrativa.

Ressalta-se que a Excelentíssima Senhora Rosivan Machado da Silva esteve no ano de 2015 no Senado Federal realizando estas denúncias na





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alfredo Gaspar
União Brasil - AL

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por meio de Requerimento de autoria do então Senador Ronaldo Caiado¹.

Considerando que há indícios de uso indevido da demarcação de terras para fins de criação de comunidades quilombolas no estado de Sergipe onde o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra acaba por ser o principal beneficiado de tal medida, justifica-se a presente proposição e, por isso, peço o devido apoio dos nobres colegas do colegiado desta Comissão.

Sala da Comissão, 21 de março de 2023.

ALFREDO GASPAR
Deputado Federal
União Brasil - AL

¹ "Juíza acusa órgãos públicos de ignorar normas para transformar comunidades de Sergipe em quilombolas". Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HbUjJHSmq5s>.



* C D 2 3 7 5 0 4 3 8 3 2 0 0 *